

# A RELAÇÃO ENTRE A PRODUÇÃO E A INSERÇÃO INTERNACIONAL DOS MUNICÍPIOS ALAGOANOS

Raul Costa Cavalcanti Manso<sup>1</sup>

Camila do Carmo Hernida<sup>2</sup>

## RESUMO

O objetivo deste artigo é mapear a distribuição territorial da produção de Alagoas, a fim de verificar se há alguma relação direta com o perfil de seu comércio internacional. Para isso, foram elaborados mapas de Alagoas com seus dados de produção e de comércio exterior. Identificou-se a existência de uma alta concentração produtiva em poucos polos espaciais: Maceió, a faixa litorânea e a parte leste do Agreste, com poucas exceções em alguns setores. A inserção externa, por conseguinte, segue esse mesmo padrão de concentração, principalmente se analisado pelos grandes setores (agropecuária, indústria e serviços).

**Palavras-chave:** distribuição espacial da produção, comércio internacional, Alagoas.

## ABSTRACT

The aim of this article is to map the territorial distribution of production throughout Alagoas's territory, in order to find whether there is any direct relationship with the characteristics of its international trade. Bearing this in mind, we elaborated maps of Alagoas including production and international trade data. We identified the existence of a high productive concentration in a few spatial areas: Maceió, the coastline and the east side of Agreste, with a few exceptions in some sectors. Furthermore, its international trade follows this concentration pattern, which is even higher if it is seen from the point of view of the three main sectors (agriculture, industry and services).

**Keywords:** spatial distribution of production, international trade, Alagoas.

## 1. INTRODUÇÃO

A economia do estado de Alagoas é vinculada ao setor sucroalcooleiro, seja na exportação da cana-de-açúcar *in natura* ou mesmo na utilização de usinas para exportar o açúcar pronto para consumo. Nas últimas décadas, entretanto, houve algumas mudanças nesse quadro, como a implantação da extração de salgema, a expansão do setor de serviços e a consolidação, mesmo que tímida em alguns casos, de outros setores industriais preponderantes, como a indústria alimentícia e a produção de cerâmica. Estes setores também passaram a compor a pauta de exportações de Alagoas. Contudo, não foram o suficiente para desvincular o perfil agroexportador de Alagoas, cuja produção concentra-se nas localidades que são historicamente associadas ao litoral alagoano e outras áreas em regiões de tabuleiros. Tal perfil, não obstante, sempre esteve historicamente vinculado à sua inserção

---

<sup>1</sup> Economista, mestrando em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), graduado em Ciências Econômicas pela mesma instituição, atua como Supervisor de Captação de Recursos e Convênios na Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas (Seplag/AL).

<sup>2</sup> Professora Doutora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

no comércio internacional, cujos itens derivados da cultura de cana-de-açúcar costumam ser majoritários nas exportações do estado, independentemente da conjuntura econômica nacional e internacional.

Com isso, cabe indagar o perfil atual da distribuição produtiva em Alagoas, e como essa distribuição está relacionada com a pauta de exportação alagoana. O objetivo deste artigo é analisar, visualmente, o padrão desta distribuição por município para então identificar se há alguma correlação com o setor externo de Alagoas. Para isso, utilizou-se da elaboração de mapas de Alagoas com a divisão municipal da produção, a partir de dados do IBGE (2023) e do Comex Stat (2023). Os dados municipais são muito recentes, e a sua utilização em pesquisas científicas ainda é algo incipiente. Além disso, a criação de mapas do estado a partir desses dados possibilita a visualização de um panorama mais atualizado e emergente de Alagoas nos imediatos antes e depois da pandemia de COVID-19, contribuindo para a formulação de políticas públicas.

Este trabalho está dividido em cinco seções. A primeira, esta, introduz a temática da pesquisa. A segunda seção apresenta a concentração e desconcentração produtiva no Brasil, expondo o referencial teórico da discussão realizada neste trabalho. A terceira seção, “A estrutura produtiva alagoana no último século”, apresenta um breve esboço histórico dos grandes motores produtivos do estado nos últimos cem anos. A terceira seção resume a metodologia empregada neste trabalho. A quarta seção apresenta os resultados e discute-os. Por fim, a quinta seção tece algumas considerações finais.

## **2. CONCENTRAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL**

Qualquer discussão sobre o desenvolvimento regional deve partir do pressuposto de que “o desenvolvimento econômico não se distribui de forma homogênea no espaço” (FEITOSA, 2009, p. 8). De fato, analisar a distribuição da produção no território é fundamental para pensar o desenvolvimento e, nessa ponderação, é sempre necessário incluir variáveis conjunturais, tanto no plano nacional como no internacional. A título de ilustração, há uma grande disparidade no modo de produção industrial antes e depois da década de 1980.

Até o final da década de 1960, a produção podia ser classificada, de modo geral, como o que denominamos fordista: uma divisão do trabalho concentrada na produção em massa de bens homogêneos, com linhas de produção rígidas e fenômenos de grandes aglomerações industriais em regiões ou mesmo num só país (JESSOP, 1992). Nessa conjuntura, a discussão do desenvolvimento regional foi incrementada pela teoria do Polo de Crescimento, de François Perroux, a qual buscou explicar a tendência à concentração industrial no espaço, partindo das indústrias motrizes a um polo industrial mais complexo que estimula o desenvolvimento de novas atividades econômicas e de suas

respectivas consequências na sociedade; isto, todavia, gerava heterogeneidade regional (FEITOSA, 2009).

Por outro lado, a partir da década de 1980, iniciou-se uma migração gradual de modelos produtivos fordistas — que concentravam a maior parte das etapas de produção em um único grande espaço — para modelos pós-fordistas — caracterizados pela flexibilidade trabalhista do *just in time*, que permite o recrudescimento de bem diferenciados produzidos em diferentes partes de um país, ou mesmo do mundo (JESSOP, 1992). Ademais, mesmo nesse processo, há heterogeneidade:

Esses novos locais de produção são rearticulados no circuito global do capital e apenas os seus pontos centrais [...] podem funcionar como polos localmente integrados, aglomerados, autogeradores do crescimento; outros locais estão-se tornando mais fragmentados e estão sendo inseridos em vários pontos mais baixos da hierarquia (Ibid., p. 58, tradução nossa).

O fenômeno do pós-fordismo, portanto, deu-se em escala global, mas de forma heterogênea. Assim, o papel do governo passou a concentrar-se mais em propiciar um ambiente adequado para negócios na região que seja objeto da política pública (FEITOSA, 2009). Por exemplo, a atração de investimentos produtivos por meio da redução de impostos estaduais tem-se tornado um instrumento constante desde a redemocratização no Brasil. Entretanto, ressalta-se ainda que, embora esta tenha sido a tendência, não é suficiente: “faz-se necessário que o Estado promova a geração de poupança pública local e a recuperação da capacidade de investimento, a fim de melhorar e recuperar a infraestrutura [sic] e de criar um efeito multiplicador sobre o emprego, produto, renda e investimentos privados” (Ibid., p. 15).

Cabe, portanto, verificar tal transição de modelos produtivos, fordismo e pós-fordismo, e de políticas públicas para compreender a dinâmica espacial da produção brasileira, visto que tais efeitos perduram até os dias de hoje. Nesse sentido, Pacheco (1998) elaborou vasto estudo para compreender este processo no Brasil, argumentando em prol da ideia de uma integração produtiva do mercado nacional acompanhada de um processo de desconcentração da produção na dinâmica regional, nas últimas décadas do século XX. O autor atribui papel central ao:

[...] processo de integração produtiva do mercado nacional, amparado pelo Estado, e contemporâneo da relativa maturação do padrão industrial ancorado sobre o complexo metal-mecânico-químico e com forte presença de investimentos acoplados à base de recursos naturais da economia brasileira (Ibid., p. 228).

Ainda, denomina como “acanhada” a desconcentração ocorrida, pois ela se deu devido ao enfraquecimento do Estado Nacional no período, o qual deixou de apoiar com veemência o mercado interno. No contexto da estagnação da economia nacional neste período, houve a emergência de “ilhas de prosperidade” no território nacional, como um claro contraste perante a situação corrente do país. Nesse sentido,

O desenvolvimento da agricultura, da agroindústria e da indústria “periférica” não apenas modificou a dimensão dos fluxos de comércio inter-regionais, mas transformou as estruturas produtivas das diversas regiões, resultando numa significativa diferenciação econômica do espaço nacional, inclusive em termos intra-regionais [sic] (Ibid., p. 230).

Especificamente, na região Nordeste, ocorreu uma especialização produtiva com elevação da heterogeneidade em sua estrutura econômica. Ressalta-se que, embora tenha ocorrido a expansão da fronteira agrícola subsidiada pela cultura da soja no Centro-Oeste, pouco se modificou na estrutura agrícola nordestina à época. Nesta mesma época, em termos industriais, os bens intermediários representaram quase metade do valor adicionado industrial, e aproximadamente 42% foi representado por bens de consumo.

Não obstante, Pacheco (1998, p. 221) identificou os principais pontos deste processo de desconcentração produtiva regional no Brasil já no último quartil do século XX: “integração produtiva do mercado nacional”; “deslocamento da fronteira agrícola e mineral”; e “políticas de governo”, sendo essas diretrizes setoriais no âmbito econômico, de desenvolvimento regional e de investimento do setor produtivo estatal. Deste modo, identificou, a partir de tal configuração, que o efeito da crise da década de 1980 foi maior nas áreas mais industrializadas; por isso o fenômeno das deseconomias de aglomeração neste ínterim, ocorrendo uma pressão ambiental nas áreas que eram mais industrializadas. Além disso, o autor salienta o já desconcentrado perfil urbano brasileiro na mesma época, o diferente impacto da orientação exportadora brasileira e o surgimento de novas formas de organização das grandes empresas, os três como elementos reforçadores da desconcentração.

### **3. A ESTRUTURA PRODUTIVA ALAGOANA NO ÚLTIMO SÉCULO**

No início da década de 1930, em meio à ascensão de Getúlio Vargas à presidência da República, Alagoas figurava entre os quatro maiores produtores de cana-de-açúcar do Brasil (LIMA, 2001). A sua técnica de produção era integralmente extensiva, sem recursos para o reaproveitamento sustentável de solos. De fato, isso se deu principalmente por conta da estrutura de suas elites agrárias e, por conseguinte, de situar-se em uma das áreas mais pobres da América Latina (GALVÃO, 1993). Somado a este fato, os preços das *commodities* comumente produzidas no Nordeste – açúcar, fumo e cacau – estavam a preços baixíssimos no mercado internacional, aprofundando a marginalização da região e estimulando a intensificação da exploração da mão de obra local a fim de “compensar” as perdas decorrentes destes preços baixos (Ibid.). Tornou-se também comum atender a demanda interna por açúcar neste período, como alternativa aos preços internacionais.

Os rendimentos decorrentes das usinas açucareiras alagoanas eram também muito baixos, devido à baixa tecnologia e à modalidade de exploração do trabalho (LIMA, 2001). Deveras, havia somente o objetivo de “expandir as produções, tanto agrícola como industrial, de modo extensivo, não explorando alternativas intensivas presentes nos recursos produtivos disponíveis na estrutura de produção que estava sendo montada” (Ibid., p. 31), e, assim de 1.000 engenhos em Alagoas em 1930, sobraram somente 587 já em 1935. A estrutura produtiva não era capitalista; além da própria

modalidade de exploração da mão de obra, eram recorrentes os conflitos para demarcação de terras. Nesse sentido, o Estado sempre deveria cumprir o papel de mediador entre as partes conflitantes (Ibid.).

A cultura de cana-de-açúcar adquiriu tamanha importância para Alagoas que ocorreu uma priorização do setor estadual na atuação junto ao Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), logrando quatro mandatos presidenciais no Instituto entre 1933 a 1969. Isso permitiu, principalmente na década de 1940, a modernização do parque açucareiro alagoano. Neste ínterim, usineiros paulistas buscavam o fechamento do IAA, visto que havia um claro favorecimento a produtores do Nordeste, os quais buscavam manter uma estrutura pouco inovadora e um espaço no mercado nacional do produto, espaço disputado por São Paulo. Com este processo evolutivo,

[...] a estrutura produtiva açucareira alagoana do final da década de 1940, com a produção das usinas já havendo superado completamente a produção bangüezeira [sic], retrata o quadro de um parque produtivo praticamente consolidado, cujos grupos econômicos proprietários sofrerão poucas mudanças ao longo dos próximos quarenta anos (Ibid., p. 45).

A partir de 1950 foi consolidada a transição da hegemonia desta indústria do Nordeste para o Centro-Sul. A atuação nordestina no IAA, embora tenha sido de suma importância, apenas retardou este processo, pois a instituição proibiu expressamente a expansão da capacidade produtiva paulista até certo momento, até a mesma década. Com isso, o Nordeste passou a especializar-se ainda mais na exportação do açúcar, sendo prejudicado com os baixíssimos preços internacionais. Em Alagoas, expandiu-se a produção para os tabuleiros, anteriormente considerados inapropriados, por meio de novas técnicas disponíveis à época. Assim, houve:

eliminação da pecuária nas terras ociosas de usinas e fornecedores de cana como fonte secundária de renda; intensificação da concentração fundiária e consequente desaparecimento de pequenas propriedades, as quais foram anexadas pelas usinas; fim da cultura de subsistência desenvolvida por agricultores não proprietários reduzindo a oferta de alimentos e aumentando seus preços; destruição do sistema de moradas, próprias das relações de trabalho então vigentes e que garantia uma pequena área para a lavoura de subsistência ao trabalhador em função da quebra do sistema tradicional de relações de trabalho que garantia alguns direitos já consagrados pelo costume; sobrecarga populacional nas cidades agravando os problemas já existentes por falta de infra-estrutura [sic]; encarecimento dos alimentos nas áreas urbanas; e queda na renda do trabalhador canavieiro afetando diretamente sua qualidade de vida (Ibid., p. 51).

Contudo, com a Revolução Cubana de 1959, instalou-se uma melhor perspectiva da participação do açúcar brasileiro no mercado internacional, tendo em vista a retirada de Cuba do mercado preferencial norte-americano. O Brasil também passava a ter uma melhor perspectiva com o possível diálogo com o bloco de países socialistas no aspecto comercial (Ibid.). Entre 1960 e 1975, “Alagoas foi onde mais se configurou o crescimento extensivo que marcou a evolução da agricultura brasileira em geral e da cultura canavieira em particular” (Ibid., p. 58), decorrentes tanto da melhora dos preços internacionais como também da reestruturação produtiva das usinas alagoanas a partir de incentivos estatais.

Com o Primeiro Choque do Petróleo, em 1973, os preços de seu barril cru e de seus derivados no mercado internacional subiram exponencialmente em pouquíssimo tempo. O governo brasileiro decidiu responder a este evento com investimentos em uma nova matriz energética proveniente da cana-de-açúcar: o etanol. Para isso, criou o Programa Nacional do Álcool (Proálcool) em 1975, o qual articulou a indústria canavieira com a automobilística e a de bens de capital, além de políticas de transporte, todos com forte subsídio do setor público (Ibid.). Até 1990, houve um “crescimento extraordinário” da produção alcooleira (Ibid., p. 64):

Em Alagoas, cuja produção açucareira era mais voltada para a exportação, o Proálcool foi importante para permitir a utilização da capacidade instalada e para a instalação de novas unidades. Ele também repercutiu na pauta exportadora do estado que, ao longo dos anos 70, estava limitada quase que exclusivamente à [sic] produtos básicos (açúcar demerara, melão e fumo em folha) e que a partir de então passara a destinar uma parte do melão à produção de álcool para atender às demandas do Proálcool. Nesse mesmo período, **teve início as operações da SALGEMA Indústrias Químicas comercializando soda cáustica no mercado externo**, o que diversificou mais a pauta exportadora que teve uma melhora significativa (Ibid., p. 66, grifo nosso).

Portanto, em paralelo à renovação da agroindústria alagoana, que conseguiu dinamizar-se por meio de abundantes subsídios federais, houve a instalação de uma importante indústria em Alagoas, ligada ao setor petroquímico. Ademais, com a crise generalizada da década de 1980, houve uma desaceleração do setor, que culminou na extinção do próprio IAA em 1990 e a perda de força do Proálcool. O Brasil, assim como o restante do mundo, desde o início da década de 1990, começou a passar por um processo de desregulamentação. Não necessariamente no lugar do IAA, mas preenchendo, de certa forma, a sua lacuna, criou-se em 1991 a Comissão Consultiva Nacional de Açúcar e Álcool, que envolvia representantes do governo federal e do próprio setor. Em seguida, em 1997, criou-se o Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool (CIMA), que deveria tomar a frente na elaboração de políticas para o setor. Como resultado, houve uma eliminação gradual dos instrumentos de controle e planejamento no conjunto do setor. Os preços dentro do setor foram sendo liberados a partir de 1996, com o objetivo de torná-los livres no mercado (Ibid.). Como resultado:

Sinteticamente, pode-se dizer que, com as medidas visando a desregulamentação da atividade agroindustrial canavieira no Brasil, extinguiu-se primeiramente as barreiras institucionais à entrada de novas firmas na produção e comercialização de açúcar, em seguida, eliminou-se os impostos às exportações e liberou-se os preços do açúcar cristal e do álcool anidro e, já no final da década, os preços do álcool hidratado e da cana-de-açúcar (Ibid., p. 86).

Segundo Diodato (2017), o setor petroquímico iniciou as suas operações em Alagoas muito mais tarde que o setor canavieiro. Embora desde 1943 tenha-se descoberto salgema, em Palmeira dos Índios, somente em 1968 iniciou-se o processo de construção de um complexo químico alagoano. Vários estudos foram elaborados para o seu desenvolvimento, o qual logrou resultado por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND).

Em 1977, após diversos estudos e a devida consolidação organizacional e logística da empresa, a Salgema Indústria Química S/A iniciou seus trabalhos em Maceió, no bairro do Pontal da

Barra. Contudo, ainda não produzia eteno, tendo de importar diretamente de Camaçari. Tal lacuna foi preenchida pelo início das operações de outra unidade industrial no complexo, cuja produção tinha como insumo o álcool produzido em Alagoas. A indústria canaveira também fornecia o bagaço da cana, com a finalidade de geração de energia (DIODATO, 2017).

Este complexo industrial passou por uma série de privatizações na década de 1990, tendo sido adquirido pelo Grupo Odebrecht; torna-se, assim, em 1995, a OPP Petroquímica, com incorporação da Salgema Indústria Química S/A (a qual posteriormente será chamada de Trikem S/A), da Companhia Petroquímica de Alagoas (CPC) e da Companhia Química do Recôncavo (CQR) à sua organização. Uma maior incorporação de tais empresas com outras fez surgir a atual Braskem S/A, atuando em Alagoas por meio de sua unidade Cloro Soda (Ibid.).

Além de Maceió, também se iniciaram as operações em Marechal Deodoro, que comporiam o Polo Cloroquímico de Alagoas. Contudo, tal polo foi reclassificado em 2000 como Distrito Multifábril, pois já tinha passado a abrigar outros tipos de indústrias, como, por exemplo, a cerâmica (Ibid.). Além disso, no final da década de 2000, iniciaram-se os estudos para o cultivo de soja em Alagoas. Conforme Silva (2021, p. 8),

O setor sucroenergético alagoano passa por uma crise que se estabeleceu a partir de 2013, em virtude da seca que atingiu o estado e das exigências do governo da época, para que as empresas mecanizassem toda a sua colheita, com o objetivo de diminuir o dióxido de carbono provocado pelas queimas de cana, que serve para facilitar o corte manual da cultura, [sic] com isso, muitas usinas endividaram-se, fazendo com que algumas chegassem a interromper suas atividades. Dessa forma, a cultura da soja é uma excelente alternativa para áreas desocupadas por meio da cana-de-açúcar [...].

A produção de soja tem-se concentrado nos Tabuleiros Costeiros, onde as antigas usinas açucareiras recém-falidas funcionavam.

### 3. METODOLOGIA

A presente pesquisa tem caráter quantitativo, de natureza aplicada, com finalidade descritiva. Foram coletados dados municipais do estado de Alagoas nos repositórios do IBGE (2023) e da Comex Stat (2023) sobre produção, valor adicionado e comércio exterior dos anos de 2019 e 2020<sup>3</sup>.

A partir destes dados, foram elaborados mapas representativos da distribuição espacial desses resultados, utilizando o *software* R e seus devidos pacotes, com destaque para o *ggplot2* e o *sf*. Tais resultados são o principal produto desta pesquisa, pois permitem visualizar a dispersão, ou concentração, espacial de cada atividade produtiva para os dados mais recentes disponíveis no momento da feitura do presente trabalho. Os mapas foram elaborados com resultados tanto de 2019 como de 2020, a fim de realizar uma comparação tendo em vista possibilidade de ocorrência de efeitos

---

<sup>3</sup> Último ano com dados disponíveis a nível municipal para todos as variáveis descritas.

adversos, oriundos da pandemia de COVID-19 em 2020, sobre a estrutura produtiva e os fluxos de exportações do estado.

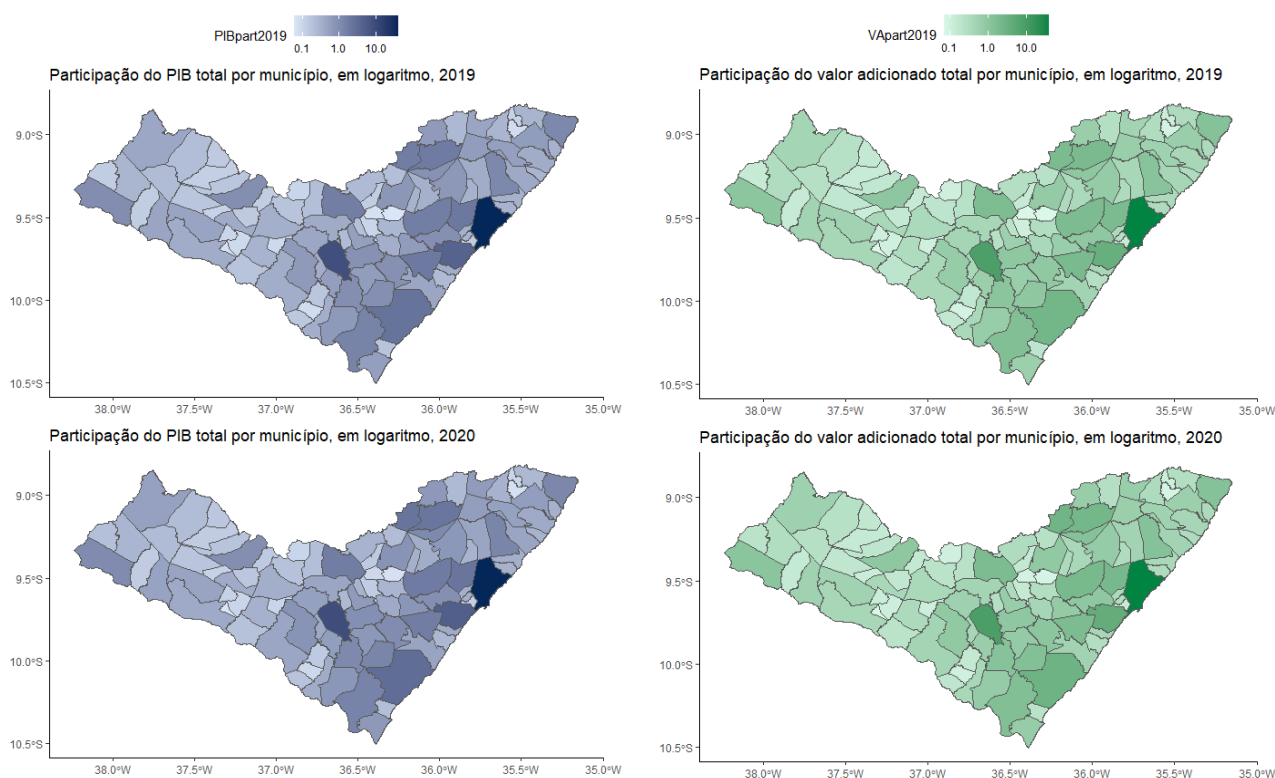
Este trabalho contribui com a literatura que trata sobre a problemática em torno da dimensão regional do desenvolvimento brasileiro. Baseado especialmente na discussão sobre os determinantes da concentração e da desconcentração produtiva regional no Brasil, presente em Pacheco (1998), ele avança ao analisar tais determinantes em Alagoas, tendo em vista o seu comércio exterior. Visto que a análise de Pacheco (1998) foi voltada ao processo de desconcentração pós-II PND e ao processo de retirada da participação do Estado na economia brasileira, coincidente com a crise brasileira da década de 1980, redemocratização e os efeitos do Consenso de Washington no Brasil, seria, então, possível observar indícios de movimentos de desconcentração em Alagoas caso haja padrões similares como os descritos pelo autor à época.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.2 Concentração e Desconcentração Produtiva Alagoana

A partir dos dados do IBGE (2023), pode-se analisar os últimos resultados da produção no estado em Alagoas.

Figura 1: Participação do PIB total e do valor adicionado total, por município, 2019-2020



Fonte: elaboração própria, 2023.

A figura 1 apresenta a participação de cada município alagoano no PIB total do estado, tanto para 2019 como para 2020. Percebe-se uma concentração do produto nos municípios de Maceió e de Arapiraca. Em termos regionais, a região litorânea, em direção Leste-Oeste incluindo parcialmente o



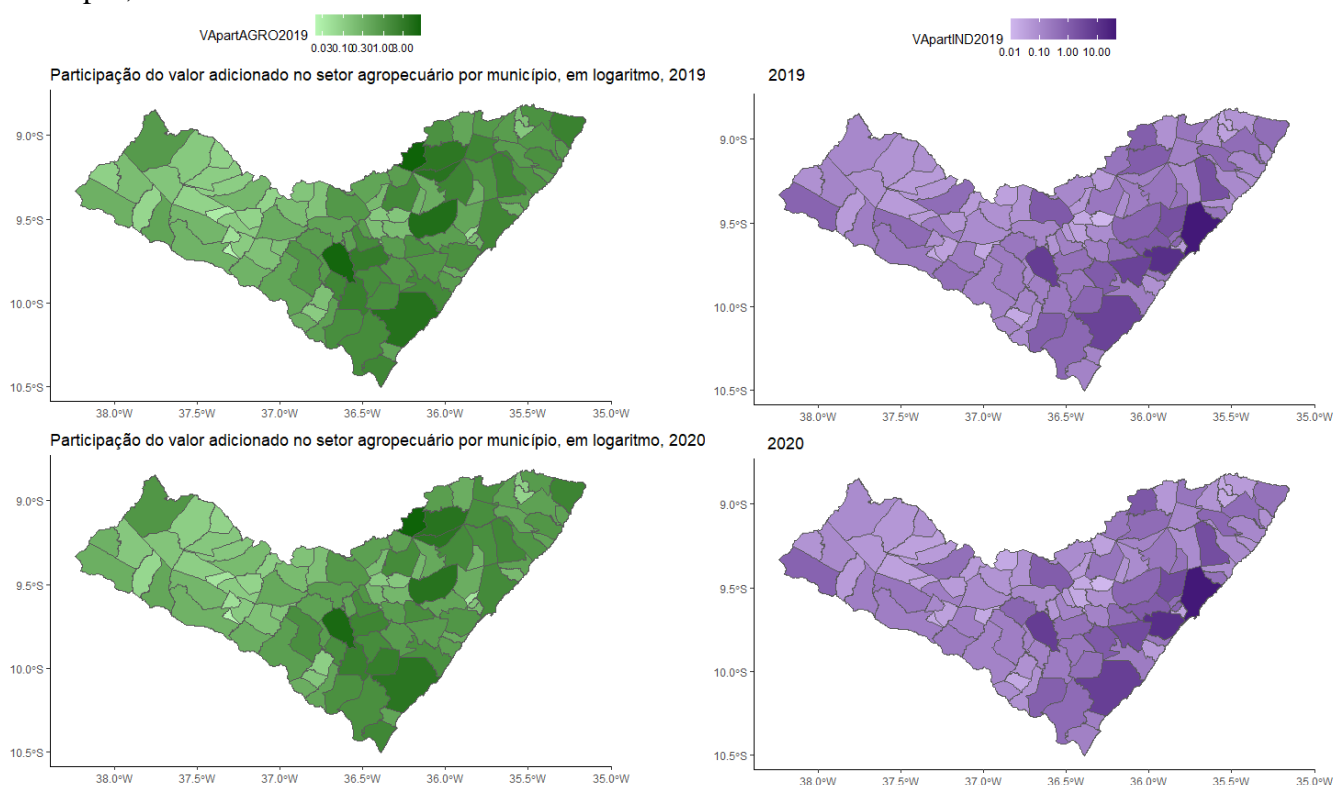
Agreste, detém uma parcela maior do produto em Alagoas. A região do sertão, situada entre 38°.0W e 37.0°W, claramente detém uma participação relativamente menor que a região litorânea e o agreste.

Não obstante, Arapiraca concentra o produto de seu entorno, em maior intensidade quando comparado a Maceió. Ademais, há uma enorme disparidade de renda no território alagoano, com uma concentração gigantesca na capital, que abarca pelo menos 27 (vinte e sete) vezes mais o produto do segundo maior PIB municipal, Arapiraca. Ademais, a participação do valor adicionado, i.e., exclusiva a contagem de impostos e afins, está em consonância com o valor total do PIB. O mesmo padrão de distribuição do produto no território é perceptível.

Partindo para a análise setorial, a figura 2 representa a distribuição do valor adicionado no setor agropecuário, em 2019 e em 2020. Percebe-se uma melhor distribuição na região litorânea e do agreste alagoanos, com forte participação de vários municípios e perda relativa de espaço da capital. Destaca-se, nesse ínterim, o aumento da participação do município de Teotônio Vilela em 2020. Diferentemente de Maceió, Arapiraca abarca uma grande participação nesse setor para o estado.

Em relação ao setor industrial, em sentido amplo, há uma relação mais similar à figura 1. Concentra-se a atividade industrial em Maceió, Arapiraca, Marechal Deodoro e Coruripe. São, de fato, municípios que contemplam a indústria de transformação em vários aspectos, e.g., a indústria de cerâmica e afins em Marechal Deodoro. Contudo, o IBGE não disponibiliza um maior nível de desagregação da produção industrial a nível municipal. Analisar-se-ão as especializações produtivas na seção seguinte, na qual poderemos verificar os tipos de bens produzidos pela exportação consolidada de cada um.

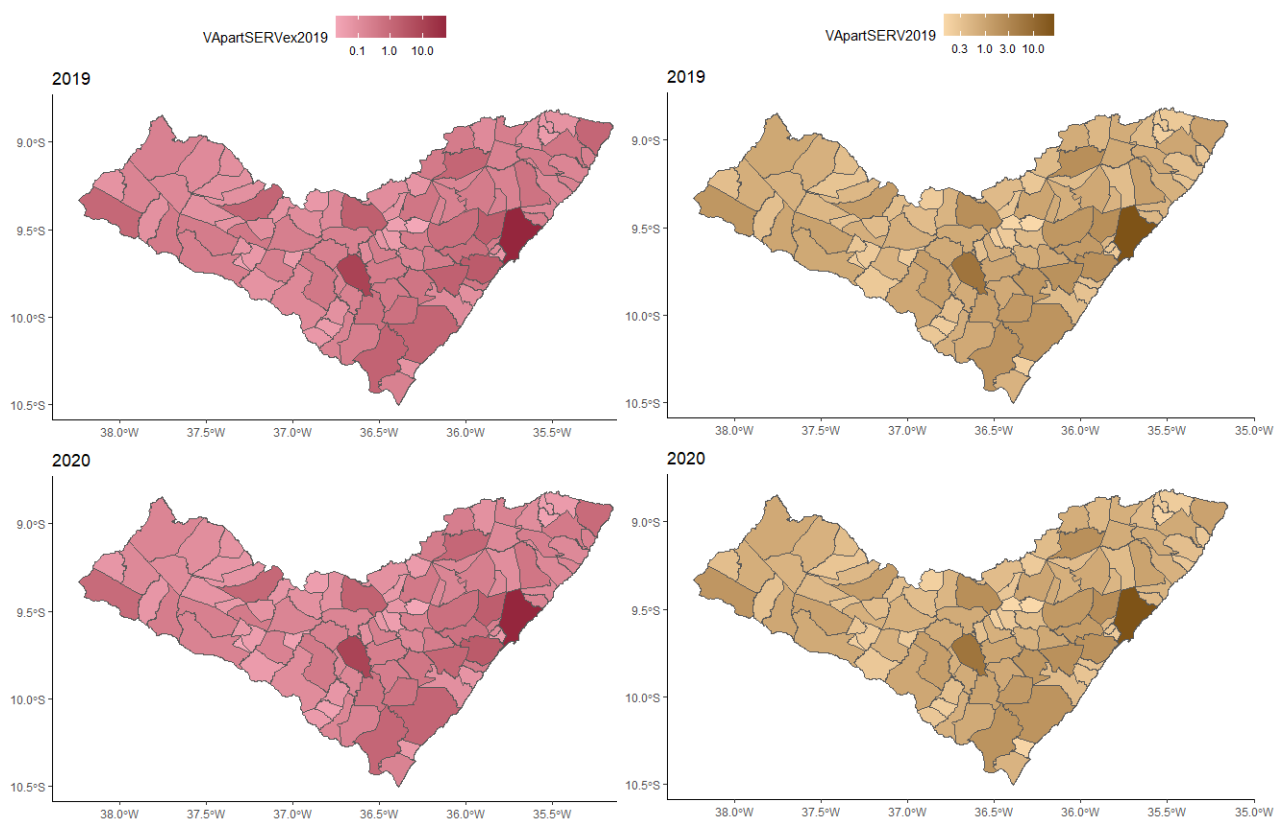
Figura 2: Participação do valor adicionado nos setores agropecuário e industrial, por município, 2019-2020



Fonte: elaboração própria, 2023.

Na figura 3 tem-se a participação do setor de serviços sobre o PIB total de cada município. De fato, os serviços se concentram em Maceió e em Arapiraca, seguidos por municípios como Marechal Deodoro, Coruripe, São Miguel dos Campos, Penedo, Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema e Delmiro Gouveia. São municípios que também refletem a mesma envergadura na participação quando estudados os setores agropecuário e industrial.

Figura 3: Participação dos setores de serviços e administração pública, saúde e seguridade social, 2019-2020



Fonte: elaboração própria, 2023.

Por fim, a mesma figura 3 mostra a participação dos setores de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social para o mesmo período. As participações se assemelham às cinco figuras anteriores, porém com uma concentração ainda maior em Maceió, onde se concentram as instituições públicas do estado de Alagoas, da capital e do governo federal.

Com tais resultados, percebe-se que não houve uma interiorização da produção em Alagoas. Na verdade, isso indica que não teria ocorrido uma integração produtiva no estado como um todo. Ao mesmo tempo, não houve um deslocamento da fronteira agrícola-mineral, tendo em vista que boa parte do setor agropecuário e extrativista ainda se concentra na faixa litorânea e uma modesta parcela do agreste. Assim, não é possível identificar, preliminarmente, políticas econômicas de governo que tenham obtido êxito no sentido de mudar a direção da concentração produtiva para além da capital.

De fato, há uma pressão ambiental nas áreas mais industrializadas, ou, melhor, na área mais industrializada: Maceió. Com a tragédia ambiental proveniente da extração de salgema, contudo, não houve ainda uma desconcentração produtiva no local. Há ainda uma enorme densidade populacional proveniente das oportunidades de trabalho locais. Ademais, o sistema urbano alagoano é concentrado em poucos polos – Maceió, Arapiraca, Palmeira dos Índios, etc. –, com grande destaque para a faixa

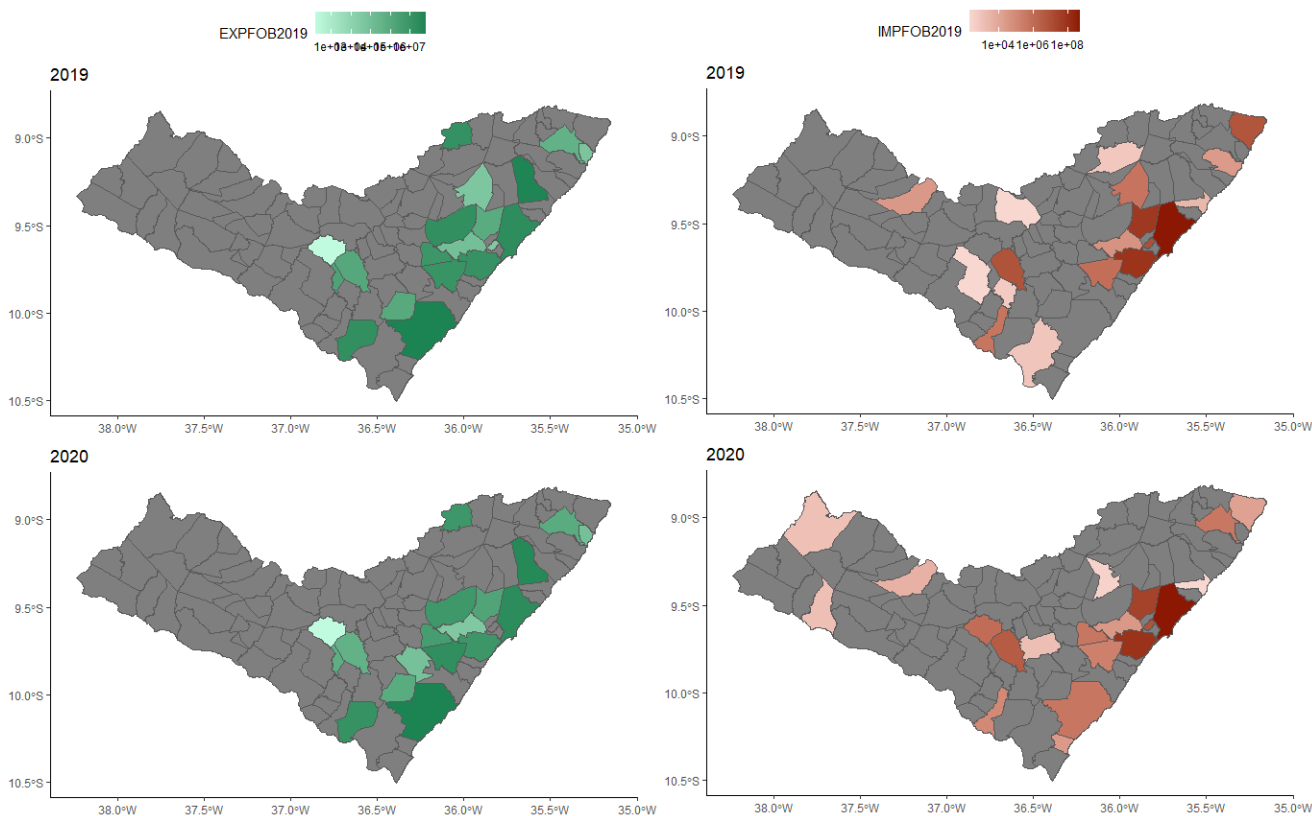
litorânea. Há, por exemplo, municípios que têm menos de 5.000 habitantes (IBGE, 2022). Cabe, portanto, ainda analisar a possível orientação exportadora de Alagoas.

### 4.3 O Comércio Exterior perante as Capacidades Produtivas de Alagoas

Historicamente, Alagoas se especializa principalmente na exportação da indústria alimentícia, principalmente do gênero do açúcar (COMEX STAT, 2023). A produção de cana-de-açúcar concentra-se principalmente na Zona da Mata e a parte leste do Agreste. Outros gêneros são exportados, porém em menor quantidade, destacando-se a indústria extrativa, com preponderância de itens derivados do petróleo sem muito processo de transformação industrial. Há, também, a exportação de cerâmicas e afins. Salienta-se, inclusive, o declínio das exportações alagoanas desde 2018 e o crescimento contínuo das importações há mais de uma década (Ibid.)

A figura 7 elenca os municípios alagoanos que exportaram em 2019 e 2020. Há uma concentração das exportações em Maceió, Coruripe, São Luís do Quitunde, Marechal Deodoro e Atalaia. Outras cidades com participação nas exportações do estado são Igreja Nova, Teotônio Vilela, São Miguel dos Campos, Campo Alegre, Boca da Mata, São José da Laje, Murici, Rio Largo, Pilar, Japaratinga, Porto Calvo, Santa Luzia do Norte, Arapiraca, Lagoa da Canoa e Craíbas. Em particular, Santa Luzia do Norte não exportou valor algum no ano de 2020.

Figura 4: Total exportado e importado por município, 2019-2020



Fonte: elaboração própria, 2023.

No tocante às exportações, percebe-se uma semelhança distributiva dos municípios que mais concentram a renda no estado, conforme as figuras 1 a 3. Especificamente, reflete-se com maior exatidão a figura 2, da distribuição da produção agropecuária, e a figura 4, da produção industrial. Ressalta-se, não obstante, que a produção industrial alagoana se concentra na indústria de transformação, principalmente alimentícia, categoria na qual se encontra o açúcar exportado a partir da produção usineira.

Na seção anterior, verificou-se que os municípios com maior concentração da produção industrial são Maceió, Arapiraca, Marechal Deodoro e Coruripe. Isso reflete o perfil de exportação de cada um deles.

A capital de Alagoas, Maceió, é a que apresenta maior variedade em sua produção e exportações. Em 2020, passou a exportar soja, mesmo triturada, algo que não fazia anteriormente. De fato, o cultivo da soja é algo muito recente em Alagoas: Silva (2021) mostra que tal produção tem sido adotada como atividade econômica principalmente devido ao processo de falência de algumas usinas açucareiras no estado. Há, portanto, um processo de substituição do produto agrícola exportado no mesmo espaço, configurando uma reorganização da produção no âmbito do produto.

Também exportou reboques e semi-reboques para quaisquer veículos, outros veículos não autopropulsores e suas partes, cujo valor exportado antes de 2020 foi inexistente e continuou dessa forma em 2021 e 2022, segundo o Comex Stat (2023). Supõe-se, portanto, que tenha sido um negócio pontual, i.e., uma produção local que não perdurou na pauta de exportações de Alagoas.

Além disso, destacam-se as exportações de produtos do tipo resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; alimentos preparados para animais; açúcares de cana; material de transporte (reboques e semirreboques); sumos de frutas; milho; óleos de coco; frutas e outras partes comestíveis de plantas; cocos, castanha do Brasil e castanha de caju, frescos ou secos; óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos; outros açúcares (melaço, etc.); plásticos e suas obras e carnes e miudezas, comestíveis.

Os outros três municípios já apresentam uma pauta com menor variedade. Arapiraca, e.g., concentra as suas exportações em, respectivamente, tabaco e seus sucedâneos manufaturados; plástico e suas obras; e móveis. Marechal Deodoro exporta produtos cerâmicos; plásticos e suas obras; filamentos sintéticos ou artificiais de matérias têxteis; e ferro fundido. Por fim, Coruripe costuma exportar, respectivamente, açúcares; cereais; e grãos, sementes e frutos diversos.

Por outro lado, a mesma figura 4 representa a distribuição espacial das importações realizadas no estado em 2019 e 2020. Há uma nítida concentração das importações na Região Metropolitana, com destaque para Maceió, seguido por Rio Largo, Marechal Deodoro e Santa Luzia do Norte. Arapiraca e Maragogi também tiveram forte presença nas importações no estado. Outros municípios

foram Pilar, São Miguel dos Campos, Barra de Santo Antônio, Porto de Pedras, Murici, União dos Palmares, Palmeira dos Índios, Feira Grande, Girau do Ponciano, Porto Real do Colégio e Penedo.

O único município do Sertão a ter participação no setor externo de Alagoas foi Santana do Ipanema. Deste modo, tal participação se concentra principalmente na região litorânea, e tende a diminuir gradualmente conforme se aproxima do Agreste e do Sertão. Este quadro se assemelha em grande densidade à distribuição do PIB dos municípios.

O Apêndice A deste artigo reúne as exportações alagoanas por seção. Percebe-se, nas classificações da agropecuária, a presença ostensiva de Maceió e Arapiraca. Entretanto, em relação à indústria de transformação, o quadro já se modifica: a indústria alimentar abarca praticamente quase todos os participantes das exportações alagoanas, com forte presença de Coruripe e São Luís do Quitunde. Produtos minerais correspondem majoritariamente à Região Metropolitana, e produtos das indústrias químicas e conexas concentram-se em Maceió e Arapiraca, visto que Murici não teve mais participação em 2020. Plásticos e suas obras, por sua vez, também se concentram na Região Metropolitana, com a presença de Japaratinga e Arapiraca. Destacam-se também as matérias têxteis e suas obras, e também obras com gesso, cerâmica, etc., concentradas majoritariamente em Marechal Deodoro.

De 2019 para 2020, metais comuns e suas obras desconcentraram-se de Maceió e espalharam-se por Marechal Deodoro e Campo Alegre. A mesma situação se repetiu para máquinas e aparelhos elétricos, sendo que, neste último caso, Maceió deixou de exportar produtos desta natureza.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo teve como objetivo mapear a distribuição da produção em Alagoas com os dados mais atualizados sobre a temática na presente data, e, com isso, compará-la com o perfil de inserção no comércio internacional. Elaborou-se uma metodologia de construção de mapas, com dados de 2019 e 2020, cuja divisão deu-se por municípios, a fim de identificar o padrão de distribuição produtiva e comercial a nível internacional.

O estado de Alagoas tem em seu território uma profunda concentração da produção em poucas áreas, a qual reflete com grande proporção o perfil de sua inserção internacional. Os municípios sertanejos possuem uma participação ínfima no valor adicionado estadual e inexistente no comércio internacional, exceto Santana do Ipanema, que realiza poucas importações.

Tem-se, assim, uma insistência histórica de Alagoas na mesma pauta produtiva, a qual gera pouquíssimo valor adicionado e alta heterogeneidade regional. Não obstante, não basta pensar a reconfiguração produtiva de Alagoas somente sob a ótica do que é produzido; é também necessário incluir a criação de valor em todas as outras regiões para além do litoral alagoano. Devem ser formuladas políticas públicas com a finalidade de inserir definitivamente as regiões menos dinâmicas

na ponta da produção alagoana, levando em consideração o estímulo a novas atividades produtivas que gerem maior valor adicionado e que tenham maior capacidade de redistribuição da riqueza e de crescimento endógeno.

Este estudo teve algumas limitações. Primeiramente, é uma análise estática, pois abarca somente os últimos dados disponíveis, sem uma perspectiva de médio e longo prazos. Da mesma forma, o nível de desagregação dos dados a nível do PIB estadual não é denso. Isso impossibilita a comparação de certos produtos com a classificação mais detalhada do comércio internacional. Contudo, os mapas possibilitaram visualizar pelos três grandes setores (agropecuária, indústria e serviços) o quanto da estrutura produtiva alagoana reflete a sua inserção internacional.

Recomenda-se para futuros estudos a análise da variação ao longo do tempo de cada item aqui estudado, a fim de verificar se perduram tais dados e, especificamente, certas indústrias.

## REFERÊNCIAS

COMEX STAT. **Exportações e Importações Municípios**. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/municipio>>. Acesso em: 04 de janeiro de 2023.

DIODATO, R. V. **Da Concepção de um Polo Cloroquímico ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Química e do Plástico em Alagoas**. Orientador: Prof. Dr. Paulo Rogério de Freitas Silva. 2017. Dissertação (Mestrado) – Geografia, Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. UFAL. Maceió, 2017.

FEITOSA, C. O. **Aglomerções Industriais como Fator de Desenvolvimento Regional: um estudo de caso no Nordeste brasileiro**. Malaga/Espanha: Eumed ISBN-13: 978-84-692-2684-1, 2009. v. 1. 63 p.

GALVÃO, O. de J. A. Aspectos do Desenvolvimento do Nordeste: das suas elites agrárias e da sua integração tardia na economia nacional. **Ci. & Tróp.**, v. 21, n. 2, p. 189-204, jul./dez. 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>>. Acesso em: 3 de janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - PNADC/A**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2023.

JESSOP, B. Fordism and Post-Fordism: a critical reformulation. In.: SCOTT, A. J.; STORPER, M. **Pathways to Industrialization and Regional Development**. Londres: Routledge, 1992.

LIMA, A. A. de. **A Agroindústria Canavieira Alagoana: da criação do IAA à desregulamentação na década de 1960**. Orientador: Prof. Dr. Pedro Ramos. 2001. Dissertação (Mestrado) – Desenvolvimento Econômico, Instituto de Economia – UNICAMP. Campinas, 2001.

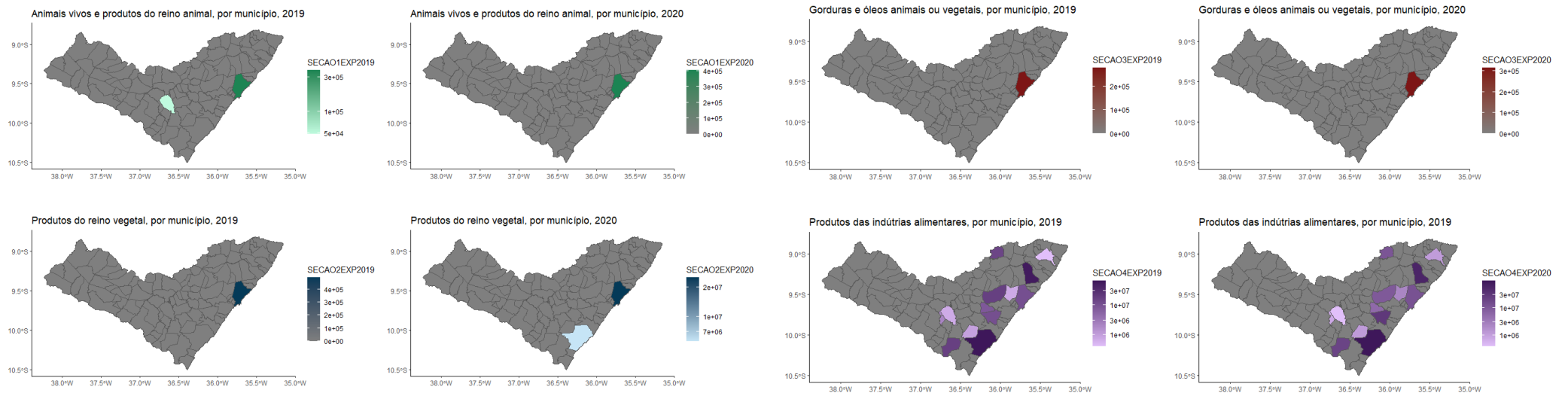
PACHECO, C. A. **Fragmentação da Nação**. Campinas: UNICAMP, IE, 1998.

SILVA, J. A. C. **Introdução de novas cultivares de soja em Alagoas**. 2021. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Agronomia) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Alagoas, Rio Largo, 2021.



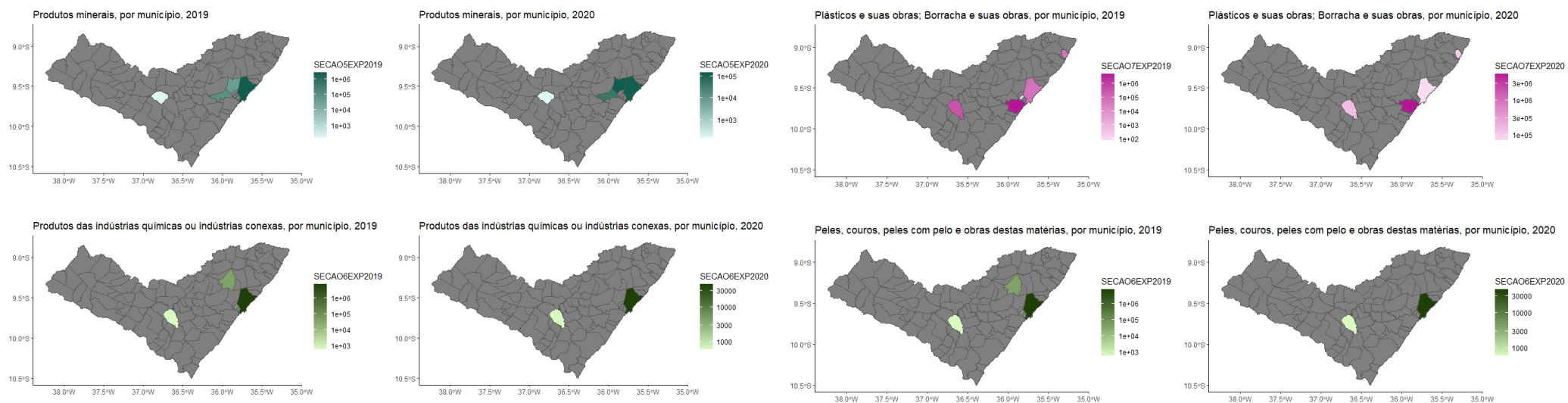
## APÊNDICE A – MAPAS DE ALAGOAS A PARTIR DO TIPO DO PRODUTO EXPORTADO

Figura 9: Mapa de Alagoas, seções 1 a 4 do HS2, exportações, 2019-2020



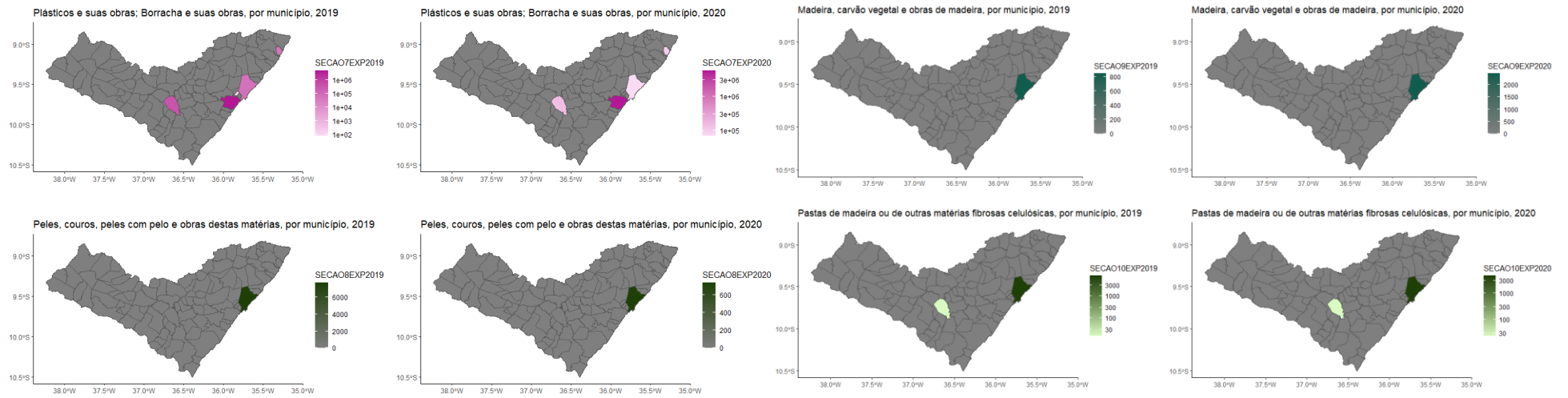
Fonte: elaboração própria, 2023.

Figura 10: Mapa de Alagoas, seções 5 a 8 do HS2, exportações, 2019-2020



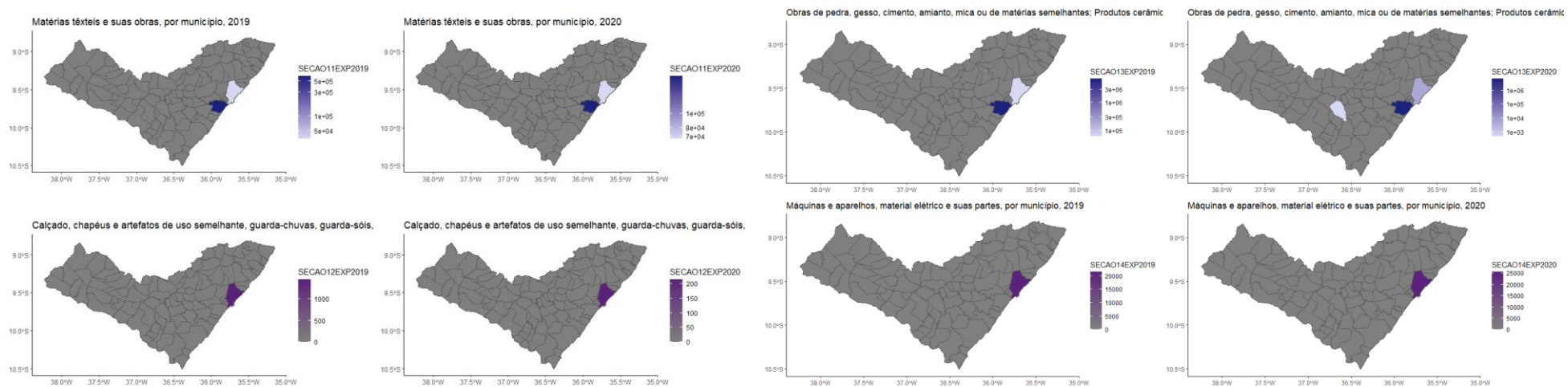
Fonte: elaboração própria, 2023.

Figura 11: Mapa de Alagoas, seções 9 a 12 do HS2, exportações, 2019-2020



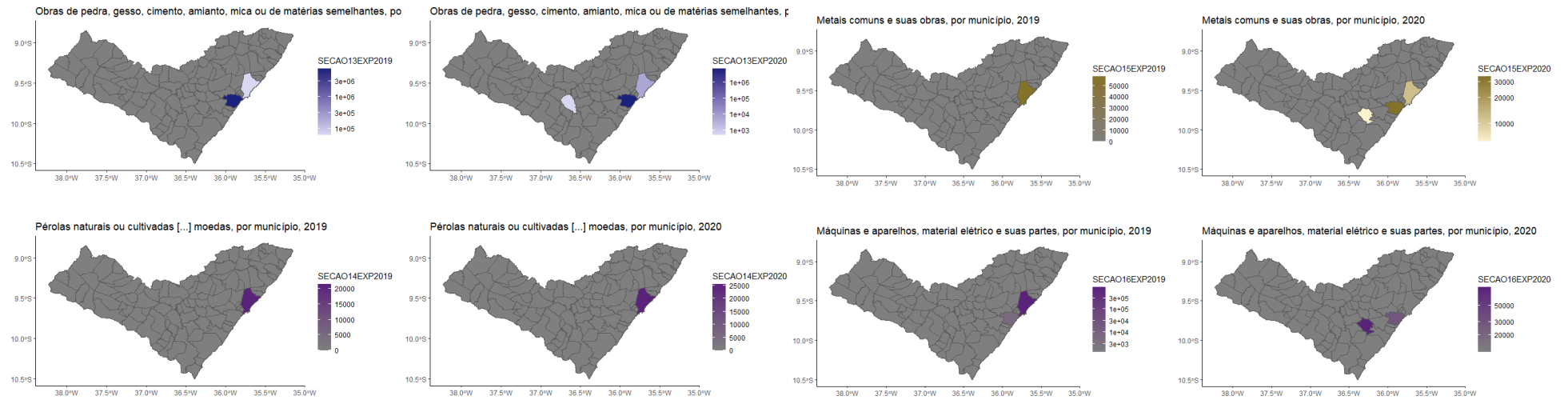
Fonte: elaboração própria, 2023.

Figura 12: Mapa de Alagoas, seções 13 a 16 do HS2, exportações, 2019-2020



Fonte: elaboração própria, 2023.

Figura 13: Mapa de Alagoas, seções 17 a 20 do HS2, exportações, 2019-2020



Fonte: elaboração própria, 2023.